

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A INFLUÊNCIA DA DINÂMICA EXTERNA SOBRE O CRESCIMENTO DA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Maite Escosteguy Albornoz

PORTO ALEGRE

Novembro / 2009

MAITE ESCOSTEGUY ALBORNOZ

**A INFLUÊNCIA DA DINÂMICA EXTERNA SOBRE O CRESCIMENTO DA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto
Monteiro

PORTO ALEGRE

Novembro / 2009

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, em especial à meus pais, grandes incentivadores e inspiradores desta caminhada. Obrigado também a minha irmã pelo apoio diário e à minha tia pela ajuda e conselhos.

Em segundo lugar agradeço aos amigos e aos colegas pelo auxílio na produção deste trabalho.

Por fim agradeço especialmente ao meu orientador, professor Sérgio Marley Modesto Monteiro, por iluminar este trecho de minha formação acadêmica, sempre com grande disposição e paciência.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o comércio exterior e o crescimento da economia brasileira e as relações entre o crescimento brasileiro e o crescimento mundial. Seu principal objetivo é verificar se existe causalidade entre essas variáveis e em que sentido esta se verifica.

Palavras-Chave: Comércio Internacional; Economia Brasileira; Crescimento Econômico.

ABSTRACT

This paper analyzes the connection between international trade and Brazilian economic growth, as well as the relations between the Brazilian and world growth. The objective is to verify if there is any causality between these variables and in what direction this might happen.

Key-Words: International trade; Brazilian Economy; Economic Growth.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Capítulo 1: Embasamento Teórico.....	8
1.1. Nova Teoria do Comércio Internacional.....	8
1.2. Comércio Externo e Crescimento Endógeno.....	12
1.3. Estudos Empíricos.....	16
Capítulo 2: O papel das exportações na Economia brasileira.....	20
2.1. O Processo de Substituição de Importações.....	20
2.2. A Crise da década de 1980.....	24
2.3. As Reformas da década de 1990.....	25
2.3.1. Abertura Comercial.....	26
2.3.2. Estabilização Monetária.....	29
2.4. A Economia pós-real.....	31
Capítulo 3: Análise empírica da relação entre comércio exterior e inserção externa.....	36
Considerações finais.....	42
Referências Bibliográficas.....	44
Anexo I.....	48

INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por grandes transformações na década de 1990. Após um período de intenso crescimento conduzido pelo processo de substituição de importações iniciado na década de 1930, entrou em um período de estagnação e altas taxas de inflação. Nas últimas décadas foi implementada uma ampla abertura comercial, que conjuntamente com outras reformas efetuadas, desencadearam um processo de reestruturação produtiva na indústria nacional e conseqüentemente na inserção externa da economia brasileira.

A abertura comercial foi iniciada em 1988 e se estendeu até 1995, caracterizando-se por reduzir a tarifa média sobre as importações, eliminar as barreiras não tarifárias e acabar com a reserva de mercado para os setores da informática. Esta reforma elevou a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade externa da produção nacional. A renovação do ambiente econômico e dos padrões de conduta, bem como a difusão de técnicas e produtos atualizados, parece aumentar a tendência de que a economia brasileira acompanhe as flutuações da economia mundial, isto é, após a abertura, a economia brasileira tende a seguir mais fortemente a dinâmica internacional em termos de crescimento econômico do que era verificado anteriormente.

O debate sobre a relação entre comércio exterior e crescimento econômico é antigo e controverso, tanto na literatura teórica quanto na aplicada. Estudos focados no caso brasileiro são escassos e ambíguos. O presente trabalho pretende analisar a relação existente entre o comércio exterior e o crescimento da economia brasileira. Além disso serão também investigadas as relações entre o crescimento brasileiro e o crescimento mundial, em especial de alguns blocos econômicos de interesse.

Em primeiro lugar será levada a cabo uma revisão da literatura sobre o a relação já mencionada, com o objetivo de contextualizar o problema de pesquisa e fornecer um referencial teórico para a análise. Serão abordadas a Nova Teoria do Comercio Internacional e a Teoria do Crescimento Endógeno, principalmente no que diz respeito ao objetivo deste trabalho. Ainda, será feita uma enumeração dos principais estudos voltados à investigação empírica deste tema.

Logo será feita uma revisão histórica abordando fatos econômicos relevantes ocorridos no país a partir de 1930, dando ênfase ao papel desempenhado pelas

exportações na trajetória desenvolvida pela economia brasileira. Esta abordagem permitirá uma melhor interpretação dos resultados empíricos obtidos no final do trabalho.

A seguir será feita uma análise quantitativa baseada no conceito de não-causalidade de Granger (1969) de séries temporais com dados agregados da economia brasileira e mundial nos períodos de 1961-2008 e 1980-2007.

CAPÍTULO 1

EMBASAMENTO TEÓRICO

1.1. Nova Teoria do Comércio Internacional

A nova teoria do comércio internacional (NTT¹) surgiu das críticas e dos problemas observados na teoria de Hecksher-Ohlin (H-O), principalmente da não observação da equalização dos preços dos fatores (principal conclusão dessa teoria). Esse efeito ocorre principalmente em decorrência das grandes diferenças entre os países na dotação de recursos, das barreiras do comércio internacional, e das diferenças internacionais de tecnologia. Os modelos desenvolvidos, no geral, mantêm o livre comércio como melhor opção, mas verifica-se a recuperação de algumas idéias protecionistas, devido à introdução de problemas relacionados à incerteza, economias de escala e estruturas de mercado não concorrenciais.

A NTT pode ser considerada uma extensão da teoria de H-O na medida em que, além do comércio entre países desenvolvidos e periféricos apontado pelo modelo, reconhece a existência também de comércio intra-industrial e intra-firma, isto é, comércio de produtos parecidos entre países com igual dotação de recursos e comércio entre filiais de empresas multinacionais.

Uma primeira explicação para este fenômeno, é desenvolvida por Krugman (1979). O autor, baseado na teoria da firma de Chamberlin (1933), sugere que a existência de retornos crescentes de escala e de concorrência imperfeita fornecem motivos para a especialização e para o comércio, mesmo quando os países tem similar dotação de recursos e de preferências. No entanto, devido à concorrência imperfeita, este tipo de comércio requer um certo grau de monopolização. Além disso é importante levar em consideração os rendimentos desse tipo de comércio podem não ser igualmente distribuídos entre os países.

Ao levantar estas questões, vem a tona o debate entre abertura comercial e protecionismo. Segundo Gremaud (2007), se por um lado a liberalização do comércio aumenta os ganhos de escala e conseqüentemente a produtividade das empresas, por

¹ Abreviação do termo original, em inglês, *New Trade Theory*.

outro a existência de situações monopolísticas no comércio internacional leva à anulação dos benefícios anteriores, pois seriam criadas barreiras à entrada de novas empresas no mercado. Além disso dadas as condições de concorrência imperfeita, em economias abertas, os investimentos em P&D acabam sendo menores do que o desejado, tornando-se “justificável” a proteção à indústria nascente dos países em desenvolvimento. Assim, estes aspectos, além de reformular a teoria tradicional do comércio, também forneceram argumentos a favor de políticas comerciais protecionistas.

Segundo Koshiyama (2008) o modelo desenvolvido por Krugman (1991) em seu livro *Geography and Trade*, indica que ocorre uma concentração regional de indústrias escala-intensivas (clusterização) em consequência do comércio externo associado a externalidades positivas (economias externas). Esta regionalização, se vista através de uma ótica de longo prazo, gera impactos que tendem a ser cumulativos e a se auto-reforçar. Quando se analisam centros de produção e exportação, pode-se perceber que as economias de aglomeração tendem a proporcionar vantagens de custo permanentes. Além disso se verificam economias de escala, reforçadas pelo fato de que se praticam nesses centros salários mais altos que a média, o que por sua vez estimula o crescimento dos mercados locais, resultando em economias de escala adicionais e conseqüentemente em novo crescimento das exportações.

Krugman & Venables (1993) usam um modelo teórico de localização industrial para demonstrar a possibilidade de que a Europa desenvolva um estilo americano de geografia econômica², e também para mostrar os possíveis custos associados a essa mudança. Supondo que os custos de transporte caiam para um nível mais baixo (apesar de não a zero), um país com uma posição inicial um pouco mais forte em algumas indústrias do que seus concorrentes pode encontrar-se com uma vantagem que acumula ao longo do tempo. Produtores de bens finais vão achar que o país com a maior indústria suporta uma base maior de produtores intermediários, o que lhes dá baixos custos o suficiente para exportar para outros mercados. Os produtores de bens intermediários vão achar que é vantagem concentrar a sua produção junto à indústria de bens finais. Assim, cada indústria tenderá a concentrar-se em um dos países. O

² O estilo de geografia econômica americana se caracteriza por concentrações industriais regionais, caracterizadas por uma disponibilidade local de fornecedores e mão de obra especializados. Entre os melhores exemplos desse fenômeno podemos citar o “Silicon Valley” na Califórnia e a “Route 128” em Boston.

resultado, paradoxalmente, será que a maior integração vai levar os países a se tornarem mais diferentes - quando custos de transporte caírem abaixo de certo nível crítico, um processo dinâmico de especialização e diferenciação regional terá lugar.

Krugman (1991) e Krugman e Venables (1993) sugerem que existe uma relação de causalidade bidirecional entre comércio externo e crescimento econômico, isto é, as exportações reforçam a promoção do crescimento regional através de economias de escala na produção, mas as condições econômicas locais, incluindo a forte demanda do produto e economias externas de aglomeração, também promovem o crescimento das exportações.

Uma segunda explicação para o comércio intra-industrial é desenvolvida por Linder (1961). Este autor indica que um país tem seus produtos exportáveis (não-primários) determinados pela demanda interna na medida em que um produto deve ser primeiro consumido internamente para que depois possa ser exportado. O autor utiliza 3 argumentos para explicar esta proposição básica: primeiro, dadas as condições de conhecimento imperfeito, a decisão de investir é originada por necessidades domésticas, sendo o comércio internacional uma extensão para além das fronteiras nacionais da atividade econômica do país; segundo, na medida em que a produção de um bem é baseada em um processo de inovação para satisfazer uma necessidade, a primeira fase do mesmo deve ser dirigido ao mercado interno (“conhecido”); e por último, quanto mais próximos o produtor e seu mercado consumidor estiverem, menores serão os custos e maiores as vantagens comparativas do primeiro, uma vez que o processo inventivo é finalizado por uma revisão crítica após o primeiro contato do produto com seus consumidores, a distancia entre ambos determinará os custos de promover adaptações caso necessário.

Assim, se assumimos que os produtos exportáveis são aqueles que são consumidos internamente, pode-se inferir que países com estruturas de demanda parecidas (proporções de capital\trabalho, PIB per capita e preferências similares) têm um comércio potencial maior do que aqueles que têm estruturas de demanda divergentes, dada a proposição de que partimos. A concorrência entre os países se dará através da diferenciação de produtos.

O autor salienta que para que o comércio potencial ocorra, é indispensável a ação de certas forças propulsoras. Tratando-se de países com rendas per capita idênticas, a teoria que se aplica é a mesma utilizada para o comércio interno de bens

manufaturados, não existe diferença entre comércio internacional e doméstico para estes países. Além disso os elementos da concorrência monopolística devem ser incorporados à teoria do comércio como uma força criadora de comércio. Para países com diferentes rendas per capita o mesmo processo deve ocorrer, mas o número de bens comerciáveis potenciais é menor. É utilizada extensa comprovação empírica para ilustrar esta questão, sendo possível visualizar a afirmação do autor nos gráficos através da sobreposição de faixas de produtos exportáveis.

O autor observa também a existência de forças desaceleradoras de comércio, que tornam comércio real menor do que o potencial. Entre elas podemos citar o fator distância e os custos de transporte, que fazem com que o comércio real decline à medida que ambos aumentam, e também os obstáculos criados pelo homem, isto é, tarifas, barreiras, entre outros. Ao comparar as forças que influenciam o volume de comércio, o autor aponta que o mesmo depende mais destes fatores negativos do que dos criadores de comércio.

Desta forma, a configuração do comércio real de produtos manufaturados não será tão regular entre países com os mesmos níveis de renda per capita quanto seria se as forças criadoras de comércio não sofressem a oposição das desaceleradoras, mas, mesmo assim os níveis de renda per capita continuam sendo uma importante determinante do nível de comércio real. Quanto ao comércio de produtos primários, dadas as peculiaridades devido à dotação de fatores e à elasticidade da estrutura de demanda, não se pode dizer que o nível de renda influencie o volume de comércio destes bens.

Uma terceira explicação para o comércio é baseada no ciclo do produto de Raymond Vernon. Pessoa & Martins (2007) explicam que Vernon associa esse ciclo a uma teoria do comércio que pressupõe uma noção de vantagens comparativas de caráter dinâmico e a uma teoria do investimento (produtivo) com racionalidade limitada e concorrência imperfeita. Resulta assim um modelo que utiliza o ciclo de vida do produto para explicar o fluxo de comércio e a estratégia de localização da produção no exterior.

O modelo do ciclo do produto assume que existem 3 fases no ciclo do mesmo. Em primeiro lugar o estágio inicial, que inicia com o lançamento do produto inovador no mercado, processo no qual os países desenvolvidos são pioneiros dada sua mão de obra qualificada, seus investimentos em P&D e sua estrutura de demanda. Em segundo

lugar vem a fase de maturação, na qual inicia-se a expansão internacional do produto “novo”. Por último, o produto sofrerá um processo de padronização, diminuindo a importância da mão de obra qualificada e do investimento em P&D na sua produção, possibilitando que a mesma seja transferida para países com menor grau de desenvolvimento, que passarão a exportá-los. Dessa forma, os países desenvolvidos exportariam produtos intensivos em capital e mão de obra qualificada (“high tech”) e os em desenvolvimento teriam sua pauta de exportação composta por produtos “padronizados”.

Esta teoria é baseada em algumas hipóteses, entre elas podemos citar: no mundo desenvolvido as empresas têm iguais condições de acesso ao conhecimento científico; o conhecimento prévio do mercado é decisivo para o desenvolvimento do novo produto; a decisão de investir dependerá se a renda monopolística associada ao novo produto compensar o investimento inicial; e os produtos em questão são voltados para consumidores de alta renda e são também poupadores de mão-de-obra.

Assim, Pessoa & Martins (2007) colocam a teoria do ciclo do produto como uma tentativa de incorporar à teoria do comércio e da produção internacional o papel da inovação, da escala de produção, das economias externas e da incerteza. Sua grande contribuição teria sido a dinamização do conceito de vantagens comparativas, e, apesar das críticas, do excesso de simplificação de algumas hipóteses e da evolução das formas de produção, sustentam que a teoria continua válida como explicação de por que as empresas multinacionais têm transferido parte de sua produção para países com grande dotação de recursos naturais e/ou mão-de-obra barata, mantendo nos países avançados os investimentos em inovação e produção mais tecnológica.

Quanto à relação entre comércio externo e crescimento, o modelo do ciclo do produto de Vernon (1966) indica que o crescimento das exportações é determinado pelas características do mercado interno no primeiro e segundo estágios.

1.2. Comércio Externo e Crescimento Endógeno

A nova teoria do crescimento ou teoria do crescimento endógeno, surgiu na década de 80 a partir das críticas e das lacunas da teoria neoclássica do crescimento.

Esta teoria, conforme Solow (1956), afirma que o crescimento depende da mudança tecnológica, considerada exógena no modelo.

Ainda segundo Solow (1956), aumentos no estoque de capital físico, capital humano ou na população também causam crescimento no modelo neoclássico, mas por apresentarem retornos decrescentes ou constantes de escala não geram um crescimento sustentado da renda per capita.

Uma das previsões do modelo tradicional é a convergência das taxas de crescimento dos países ao longo do tempo. No entanto, segundo Romer (1994b), estudos constataram que existe uma parcela do crescimento que não pode ser explicada pela mudança tecnológica e que a evidência empírica discorda da hipótese de convergência, reduzindo dessa forma a validade da teoria neoclássica ou tradicional do crescimento.

A teoria do crescimento endógeno, utilizando certos pressupostos acerca do investimento em capital físico e humano, desenvolveu modelos com taxa de crescimento de longo prazo endógenas, em busca de superar algumas das limitações da teoria neoclássica. Segundo Leitchenko (2000), alguns modelos se baseiam em acumulação de capital sob pressupostos de concorrência perfeita e retornos constantes de escala. Outros utilizam externalidades associadas ao investimento em capital humano ou “spillovers” de conhecimento. Ainda outro “caminho” utilizado é o papel do comércio internacional e da inovação de produtos. Em todos estes casos se assume a existência de retornos constantes ou crescentes de escala,

Leitchenko (2000) afirma também que os modelos da teoria do crescimento endógeno sugerem que o desenvolvimento e a produção de novos bens para exportação têm efeitos de externalidade que fomentam o crescimento. Além disso, os modelos também sugerem que cada produto de exportação tem um potencial diferente para o efeito de externalidade, e os países que se especializarem na exportação de produtos com maior potencial terão um crescimento mais rápido que os demais.

A teoria do crescimento endógeno se interessa particularmente pelos efeitos dinâmicos, distinguindo o impacto do comércio no crescimento de longo prazo dos ganhos advindos da liberalização comercial (Riviera-Batiz e Romer, 1991). Apesar dos modelos desta teoria estarem focados no nível nacional, vários teóricos se deram conta de que os efeitos postulados pela mesma são mais prováveis de ocorrer em regiões

geograficamente concentradas (Martin and Sunley 1998). Lucas (1988) notou que cidades e regiões concentram mais oportunidades para “spillovers” associados a aprendizados entre pessoas da mesma indústria. Grossman and Helpman (1994) também indicam que o conhecimento flui e as externalidades tecnológicas tendem a ocorrer em regiões geográficas, sugerindo que estes “spillovers” podem ocorrer na medida em que novas idéias são propagadas entre pessoas qualificadas com baixa mobilidade geográfica, ou porque empresas que se localizam próximo a suas congêneres estão mais expostas à concorrência.

Agénor (2000) indica que estudos baseados nos modelos de crescimento endógeno sugerem vários mecanismos através dos quais a abertura comercial pode gerar ganhos dinâmicos e, assim afetar a taxa de crescimento da economia no longo prazo. O autor cita 3 mecanismos através dos quais a abertura comercial afeta a taxa de crescimento de longo prazo:

A abertura promove uma melhora na alocação de recursos entre os setores produtivos, através da eliminação de distorções, e diminui assim os incentivos a atividades de rent-seeking;

Ela facilita a aquisição de insumos de bens intermediários e tecnologias modernas que elevam a produtividade da economia;

Ela tende a reduzir o prêmio de risco nos mercados de capital mundiais, melhorando dessa forma os termos de captação de recursos para financiar formação de capital doméstico.

Se a produtividade marginal do investimento doméstico for maior do que a taxa de juros internacional, a abertura comercial aumentará a oferta de capital estrangeiro e poderá elevar o bem-estar doméstico.

Além disso, segundo Koshiyama (2008), tem-se dado grande destaque ao mecanismo da difusão internacional de novas tecnologias nas publicações mais recentes. Grossman & Helpman (1991) e Rivera-Batiz & Romer (1991) são exemplos disso, tendo desenvolvido modelos nos quais a tecnologia é produzida por firmas maximizadoras de lucro. Nestes modelos, o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D) é a fonte de crescimento. Estes autores mostram que, se a integração econômica permite aos países explorar retornos crescentes de escala no setor de P&D, então a abertura comercial aumentará a taxa de crescimento de longo prazo através da expansão do

mercado. Além disso, o comércio internacional também pode aumentar a produtividade doméstica pelo aumento de “spillovers” de conhecimento.

Para Grossman & Helpman (1991) é plausível que a abertura comercial promova trajetórias de crescimento divergentes se os spillovers de conhecimento forem imperfeitos. Esta possibilidade é bastante provável, uma vez que os países em desenvolvimento no geral não conseguem assimilar todo o conhecimento disponível nos países desenvolvidos. Isto quer dizer que, se um país já era rico no quando de sua liberalização, suas taxas de crescimento após a abertura aumentarão, e se um país era pobre, suas taxas de crescimento tenderão à diminuir.

Para Romer (1994a), a abertura comercial eleva a produtividade da economia ao permitir acesso a bens intermediários de menor custo ou de melhor qualidade, e também aumenta a variedade de bens disponíveis aos agentes domésticos. Ao contrário, em uma economia com restrições comerciais, apenas uma estreita faixa de bens intermediários ou de capital especializados podem ser produzidos de forma lucrativa e, dessa maneira, não se pode explorar eficientemente todas as possibilidades tecnológicas, pois estas dependem de um conjunto mais amplo de insumos dos que estão disponíveis. Desta forma, no modelo de Romer (1994a), a abertura comercial promove o crescimento ao aumentar a produtividade e o número de bens intermediários disponíveis na economia.

Koshiyama (2008) afirma que ao contrário da literatura que precedeu a nova teoria do crescimento, focada apenas no papel das exportações para determinar o crescimento, esta nova teoria contribuiu com abordagens originais e iluminadoras para o campo de estudo.

Apesar disso, Agenór (2000) lembra que esta teoria possui ainda algumas importantes limitações. Entre elas podemos citar o fato de que os efeitos de economias de escala e do learning-by-doing, enfatizados nestas, ocorrem no geral na produção de produtos manufaturados de alta tecnologia. As exportações da maioria dos países em desenvolvimento, ainda são baseadas em produtos primários e bens manufaturados de baixa tecnologia. No entanto o autor acredita que abertura comercial pode ajudar estes países na assimilação de novas tecnologias e de técnicas de produção, permitindo que se venha a promover uma reorientação da produção, passando a fabricar bens e a fornecer serviços que se caracterizem por ganhos dinâmicos.

O autor também cita que em alguns modelos pode-se encontrar a sugestão de que, dadas algumas condições, as atividades nacionais de P&D podem vir a ser desencorajadas pela abertura da economia para o comércio externo. O exemplo citado diz que a abertura comercial pode levar países pobres a alocar uma parcela muita elevada de seu escasso contingente de mão-de-obra qualificada na produção de bens manufaturados. Nessas condições restrições ao comércio externo poderiam dinamizar o crescimento econômico do país em questão.

Finalmente Agènor (2000) menciona que existem diversos tipos de conhecimento que não estão incorporados em insumos materiais (tais com o engenharia de produção, habilidade gerencial, etc.), que também podem ser assimilados através do comércio com países mais desenvolvidos. No entanto a maioria dos modelos relaciona o aumento da produtividade e da taxa de crescimento após a abertura à adoção de insumos intermediários mais especializados e de maquinário mais moderno. Como foi dito por Romer (1992), na verdade a transmissão de conhecimentos pode ser até mais importante a transmissão de novos insumos materiais.

1.3. Estudos Empíricos

Existem vários estudos empíricos sobre a relação entre comércio externo e crescimento econômico. Giles & Williams (2000) apresentam uma revisão de mais de cento e cinquenta trabalhos publicados entre 1963 e 1999, dividindo-os em três grupos: aqueles estudos baseados em análises de correlação, aqueles que aplicam análises de regressão com dados de *cross-section*, e aqueles que utilizam técnicas de séries temporais. Após avaliar cada grupo, os autores chegaram à conclusão geral de que ainda não há um consenso acerca do efeito das exportações sobre o crescimento.

Frankel & Romer (1999) analisaram a relação entre comércio externo e crescimento através da estimação de regressões cross-country da renda per capita sobre o coeficiente de comércio (este definido como as exportações mais as importações e dividido pelo PIB) e duas medidas de tamanho do país (população e área territorial). Os autores tinham por objetivo levar em consideração o problema da provável endogeneidade da variável explicativa relacionada ao comércio externo. Para isso construíram medidas do componente geográfico do comércio dos países e utilizaram

estas medidas como instrumentos para o coeficiente de comércio. A conclusão a que chegam é que o comércio tem um efeito positivo, significativo e robusto sobre a renda. No entanto, o efeito do comércio sobre a renda estimado por variáveis instrumentais é ainda maior do que aquele estimado por mínimos quadrados ordinários (MQO), conformando um resultado um pouco contra-intuitivo. Os autores reconhecem que a possibilidade de algum viés para cima em suas estimações devido a possíveis erros de amostragem.

Rodriguez & Rodrik (2001) elaboraram um trabalho que critica o estudo de Frankel & Romer (1999) ao argumentar que o coeficiente de comércio geograficamente construído por estes autores pode não ser um instrumento válido. Isto se deve ao fato de que o componente geográfico do comércio pode estar correlacionado com muitos outros fatores, provocando um viés para cima na estimação por variáveis instrumentais caso estes outros canais não sejam explicitamente controlados na equação da renda.

Kónya (2000) pesquisou a possibilidade da existência de causalidade de Granger entre os logaritmos das exportações reais e do PIB real em vinte e cinco países da OCDE, entre 1960 e 1998. Os resultados obtidos foram bastante contraditórios em alguns países, mas foram robustos em outros. Kónya (2006) propõe uma nova abordagem do teste de não-causalidade de Granger para dados em painel, baseada em um sistema de equações SUR (seemingly unrelated regressions) e testes de restrições de Wald com valores críticos específicos para cada país. Este segundo estudo investigou a causalidade entre as exportações reais e o PIB real para 24 países membros da OCDE no período de 1960 a 1997. Os resultados dividiram os países em quatro grupos: aqueles que apresentaram uma relação de causalidade unidirecional das exportações para o PIB, uma relação de causalidade unidirecional do PIB para as exportações, uma relação de causalidade bidirecional entre exportações e PIB, e finalmente aqueles que não apresentaram nenhuma relação de causalidade.

Ferlbermayr (2005) argumenta as especificações do modelo de Frankel & Romer (1999) podem estar incorretas, por pressupor implicitamente que todos os países estão em seus respectivos estados estacionários. Assim, o autor propõe que a relação empírica entre comércio externo e crescimento deve ser modelada utilizando-se uma abordagem de painel dinâmico. Foram analisados dados de 108 países, em diferentes níveis de desenvolvimento, no período de 1960 a 1999. A partir dos resultados obtidos, o autor concluiu que há um forte efeito causal do comércio externo para o crescimento

econômico e que não há evidência de que a abertura comercial seja um fator independente de divergência.

Sobre a relação causal entre comércio externo e crescimento econômico no contexto dos países em desenvolvimento, que contemplem o caso brasileiro, pode-se destacar os trabalhos de Jung & Marshall (1985), Chow (1987), Xu (1996), Matos (2003) e Koshiyama et al. (2007). Estes estudos, utilizando testes de não-causalidade de Granger e algumas variantes, obtiveram de um modo geral resultados ambíguos sobre a validade da hipótese de que as exportações promovem crescimento econômico. Para o caso brasileiro, em boa parte destes estudos os resultados mostraram haver uma relação de causalidade bidirecional entre as variáveis.

Koshiyama (2008) enfoca o caso brasileiro no período 1947-2006. O autor parte da seguinte questão: a experiência brasileira seria um caso de export-led growth (ELG)? Para responder a esse questionamento o autor realiza uma série de testes empíricos, empregando duas abordagens metodológicas complementares, uma análise de séries temporais e uma análise dinâmica de dados em painel. Em ambas o autor utilizou o conceito de causalidade de Granger (1969), que visa superar as limitações do uso de simples correlações entre variáveis e procura determinar o sentido causal entre elas. Para avaliar a robustez dos resultados, foram experimentadas diversas especificações alternativas.

A análise de séries temporais considerou dados agregados da economia brasileira no período 1947-2006. Nesta análise, o autor aplicou o procedimento desenvolvido por Toda & Yamamoto (1995) para o teste de não-causalidade de Granger. As variáveis consideradas na análise foram o PIB, as exportações de bens e serviços, as importações de bens e serviços, a formação bruta de capital fixo (FBCF) e a população economicamente ativa urbana (PEA). Utilizou-se uma tendência linear como uma proxy para variáveis omitidas e variáveis dummy para controlar o efeito de fatores conjunturais não observados. Os resultados que foram obtidos permitem concluir que há evidência robusta de que as exportações Granger-causam positivamente o PIB. Estes resultados segundo o autor são consistentes com a hipótese de export-led growth (ELG), a qual está fundamentada essencialmente na teoria da base exportadora e nos modelos de crescimento endógeno.

A análise com dados em painel, por sua vez, contemplou 25 estados brasileiros mais o Distrito Federal, no período 1994-2004. Utilizou-se o método de momentos

generalizado (GMM) desenvolvido para modelos de painel dinâmico, com base nos trabalhos de Holtz-Eakin, Newey & Rosen (1985, 1988) e Arellano & Bond (1991). As variáveis empregadas foram o PIB estadual, as exportações estaduais e as importações estaduais. Os resultados obtidos indicam que há evidência robusta de causalidade de Granger positiva e bidirecional entre o PIB e as exportações estaduais. Conforme o autor tais resultados são consistentes com a nova teoria do comércio internacional (KRUGMAN, 1991; e KRUGMAN & VENABLES, 1993), a qual sugere a existência de uma relação de feedback positivo entre comércio externo e crescimento regional.

Koshiyama conclui, levando em consideração os aspectos históricos, teóricos e empíricos levantados no trabalho, que existem evidências de que o Brasil apresenta um crescimento do tipo export-led. No entanto, apesar de esta constatação tem que ser confirmada através de análises complementares, ela tem importantes implicações em termos de política econômica. Tendo em vista um maior crescimento econômico, se poderia justificar o aprofundamento do processo de abertura comercial que o Brasil vem desenvolvendo, bem como a adoção de estratégias de promoção das exportações. O autor destaca que o sucesso dessas medidas depende também de outras variáveis exógenas, como por exemplo a verificação de um cenário internacional favorável e a abertura por parte dos parceiros comerciais para os produtos comercializados pelo Brasil.

Outra conclusão apontada pelo autor é que existem indícios no âmbito regional de que as exportações e o crescimento dos estados brasileiros possuem uma relação de causalidade bidirecional. Isto é, o crescimento das exportações provocaria o crescimento do PIB, que por sua vez levaria a um aumento das exportações no período seguinte e assim por diante, criando um círculo virtuoso. Isto seria possível segundo o autor através da especialização e da concentração regional da produção, por exemplo. Dessa forma, políticas regionais que estimulem este processo seriam uma alternativa possível para o desenvolvimento de regiões mais atrasadas. Para que os efeitos positivos do comércio possam ser potencializados, estas medidas devem ser acompanhadas de investimentos em infra-estrutura e em educação.

É importante destacar que existem também teorias de Relações Internacionais que abordam o tema estudado, como por exemplo, o Institucionalismo Neoliberal e a Teoria da Regulação. No entanto, dadas as características do problema, optou-se neste trabalho por utilizar as teorias econômicas já mencionadas.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA

Este capítulo tem por objetivo desenvolver uma retrospectiva histórica da economia brasileira contemporânea, com foco no papel que as exportações desempenharam no processo de desenvolvimento do país. Pretende-se analisar as mudanças que este papel sofreu ao longo do tempo, em decorrência das transformações no contexto econômico interno e externo.

2.1. O Processo de Substituição de Importações

Até 1930 o perfil agro-exportador do país fazia com que as exportações e as importações tivessem elevada participação na renda nacional. As exportações eram responsáveis pela geração do emprego e da renda, sendo a economia brasileira dependente quase exclusivamente do bom desempenho das mesmas. Assim, a inserção da economia brasileira na economia mundial restringia-se na época a algumas commodities agrícolas, sendo o café a principal delas, mas também pode-se citar açúcar, cacau, algodão, ouro e borracha.

Segundo Gremaud et al (2006), havia nesse período uma dependência estrutural em relação ao mercado internacional. Como aponta Baer (ano), as evidências indicavam que o país se encontrava entre o grupo de nações cujas exportações constantemente perdiam participação no comércio mundial e também no grupo dos países cujas exportações apresentavam poucas chances de recobrar a antiga posição. O enfraquecimento do modelo agro-exportador trouxe à tona a consciência sobre a necessidade da industrialização para superação do constrangimento externo e do subdesenvolvimento brasileiro. Esses aspectos levaram à ruptura no modelo de desenvolvimento econômico adotado até então pelo país.

Assim, a crise da década de 1930 marca o início de um novo modelo de desenvolvimento, conduzido com base no Processo de Substituição de Importações (PSI). Esta fase se estendeu até o final da década de 1970. Durante o PSI, as exportações eram importantes para aliviar o estrangulamento externo, gerando divisas

possibilitando as importações dos bens de capital necessários. Logo, mesmo em um processo de industrialização voltado para dentro, o setor externo tinha importante participação na economia brasileira.

Segundo Gremaud et al (2006), o processo de industrialização por substituição de importações caracteriza-se pela busca do desenvolvimento através da industrialização, superando assim as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários. Ainda, conforme Fonseca (2003), o processo significa um deslocamento no setor que lidera o crescimento econômico do país. Dessa forma, a partir do PSI o setor industrial e o mercado interno passarão a ser crescentemente os responsáveis pela dinâmica da economia. A industrialização passa assim a ser a meta prioritária da política econômica brasileira.

Entre as fases do PSI brasileiro pode-se citar as seguintes: a era Vargas, o Plano de Metas, a crise dos anos 60 e o PAEG, o milagre econômico, e o II PND.

A primeira fase, que engloba os anos em que Getúlio Vargas esteve no poder e o Governo Dutra, se estende de 1930 a 1954. Este período teve como foco principal os bens de consumo não-duráveis³. Houve no período um intenso crescimento industrial que consolidou a supremacia do mercado interno sobre o setor exportador, tendo a intervenção do Estado um papel fundamental no modelo. Entre os mecanismos desta intervenção pode-se citar a criação de órgãos de apoio à industrialização, a expansão de crédito ao setor industrial e uma política externa protecionista.

A segunda fase inicia com o governo JK, em 1956, e pode ser considerada o auge do processo. O foco deste período foi a substituição de bens de consumo duráveis. Segundo Gremaud et al (2006), entre os pontos principais do Plano proposto pode-se citar: investimentos estatais em infra-estrutura, com destaque para os setores de transporte e energia elétrica; estímulo ao aumento da produção de bens intermediários, como o aço, o carvão, o cimento, e o zinco, entre outros; e incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital. As políticas monetária e fiscal foram passivas nesta fase, cabendo à política cambial a responsabilidade de ser o principal instrumento da política econômica do período. O plano pode ser considerado bem sucedido em termos de crescimento do produto, além de ter provocado uma expressiva transformação

³ Deve-se lembrar que, apesar do período ter priorizado a substituição de bens de consumo não-duráveis, conforme Tavares (1972) o processo de substituição de importações pressupõe que outras categorias são substituídas paralelamente à transformação principal da fase.

estrutural da economia, elevando o peso do setor industrial no PIB. No entanto, no período as contradições do PSI foram acentuadas. Pode-se citar como exemplo a aceleração inflacionária, o aumento do déficit público e a deterioração da situação externa. Estes aspectos acabaram por levar à crise dos anos 60.

Esta crise estendeu-se de 1962 até 1967, verificando-se quedas tanto no nível de crescimento do produto quanto no nível de investimentos e no nível da produção industrial. Também se verificou elevação na taxa de crescimento da inflação, resultante da política monetária expansionista, principal mecanismo de financiamento do Plano de Metas, e também em decorrência do aumento do crédito. Além disso o período se caracteriza por dificuldades de financiamento externo e desequilíbrio do balanço de pagamentos. Estes aspectos negativos do desempenho econômico acabaram por refletir na situação política, gerando grande instabilidade. A necessidade da realização de reformas institucionais era consenso na época, mas a necessidade de afirmação dos governos do período não permitiram sua implantação. O golpe de 1964, ao solucionar os problemas políticos do país, foi uma precondição ao encaminhamento “técnico” das medidas de superação da crise econômica (GREMAUD et al., 2007, pp. 390-93).

Após o golpe, o governo militar lançou o PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo. Este plano pode ser dividido em duas linhas de atuação: políticas conjunturais de combate à inflação (redução do déficit público, restrição do crédito, aperto monetário e política salarial restritiva) e reformas estruturais visando o equacionamento do problema inflacionário e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico (estas reformas ocorreram em três frentes: tributária, monetário-financeira e setor externo). Os objetivos colocados pelo PAEG eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter o processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e o emprego, e corrigir a tendência ao desequilíbrio. Entre os resultados deste plano pode-se dizer que a economia brasileira foi “adaptada” às necessidades de uma economia industrial, preparando o terreno para a retomada do crescimento (GREMAUD et al., 2007, p. 401).

A fase seguinte, o milagre econômico, ocorreu entre 1968 e 1973, e foi caracterizada pelas maiores taxas de crescimento da história recente brasileira. Segundo Hermann (2005) deve-se também lembrar que além das altas taxas de crescimento, houve uma queda na taxa de inflação e uma sensível melhora no balanço de pagamentos, além crescimento tanto das exportações quanto das importações. Entre os

fatores deste comportamento do PIB, pode-se citar, conforme Gremaud et al (2006): as reformas institucionais do PAEG, que permitiram a retomada dos investimentos; a recessão do período anterior, que gerou uma capacidade ociosa no setor industrial; o crescimento da economia mundial; e a mudança de ênfase da política econômica, com a adoção de uma “política gradualista” de combate à inflação, em oposição ao “tratamento de choque” do período Campos-Bulhões⁴. Estas condições favoráveis mudam com o advento do I choque do Petróleo, em 1973, que ocasionou o retorno do problema do desequilíbrio externo (crescimento explosivo do valor das importações ocasionando déficit comercial).

A estratégia adotada para enfrentar o novo cenário econômico e o quadro de restrição externa foi o II PND. Segundo Castro (1985) o plano visava a superação da crise sem sacrificar o desenvolvimento, identificando na ampla liquidez internacional a possibilidade de manter o crescimento sem a necessidade de ter que gerar no curto prazo o excedente necessário para realizar a transferência requerida aos países da OPEP. Entre os setores contemplados pelo plano pode-se citar: insumos básicos, infra-estrutura e energético – petróleo, energia elétrica e álcool (Itaipu, Proalcool, Ferrovia do Aço); e bens de capital. Um dos objetivos do II PND era transformar o Brasil em uma moderna economia industrial. A estratégia de 74 consistia numa tentativa de superar a crise através da transformação estrutural da economia. Conforme Gremaud et al. (2006) o estado transformou-se em “Estadoempresário”, tendo como agente central das transformações as empresas estatais. Para isso o governo recorreu ao endividamento externo, valendo-se da abundância de crédito e dos baixos níveis das taxas de juros internacionais. No entanto, esse crescente endividamento externo, após a reversão nas condições de financiamento, decorrente do II choque do petróleo, culminou na crise da dívida nos anos 1980.

2.2. A Crise da Década de 1980

A década de 1980 foi de estagnação econômica, retração da produção industrial, explosão do processo inflacionário e descontrole do déficit público. Esse cenário foi precipitado pelo segundo choque do petróleo e pelas mudanças nas condições de

⁴ O período Campos-Bulhões diz respeito período em que os ministros Roberto de O. Campos e Octávio G. de Bulhões estiveram nos cargos de Ministros do Planejamento e da Fazenda respectivamente. Essa fase se estende entre abril de 1964 e março de 1967.

financiamento externo (elevação da taxa de juros internacional e maior dificuldade em obter recursos externos). O Brasil passou a sofrer a ameaça de uma crise cambial e uma alta deterioração dos termos de troca (muito maior do que na Ásia e maior do que no resto da América Latina). Isto, associado à uma forte rigidez da pauta de importações ocasionou uma restrição cambial na Balança comercial. Esta tornou-se deficitária, devido à conjunção de grande aumento no valor das importações (devido aos preços do petróleo) e da redução do valor das exportações.

O endividamento externo brasileiro, acelerado desde o milagre, financiou durante o II PND os déficits em transações correntes do país, e após 1979 continuou crescendo devido ao aumento no serviço da dívida, uma vez que os empréstimos anteriores eram baseados em taxas de juros flutuantes e após o II choque do petróleo estas taxas dispararam para níveis não imaginados anteriormente.

Ante a necessidade de fazer frente aos custos da dívida brasileira, e dados o déficit comercial e a impossibilidade de novos empréstimos externos, entre 1981 e 1983 foi levado a cabo um processo de ajustamento externo baseado na contenção da demanda e na mudança dos preços relativos. No início deste processo a entrada de recursos ainda permitia maiores graus de liberdade na condução da política econômica. Depois da moratória mexicana em 1982, os condicionantes externos passaram a ditar a política econômica. A política cambial agressiva encarecia as divisas, aumentando os gastos em moeda nacional para adquiri-las. A política de estímulo às exportações tanto amplia os gastos com subsídios como gera uma renúncia fiscal, a partir do momento que estes produtos não são tributados e estão substituindo antigas atividades de mercado interno, além disso o controle da demanda interna e a recessão diminuem a base tributável e o total arrecadado. Os gastos se ampliam sem que a receita consiga acompanhá-los inviabilizando assim o seu equacionamento interno.

Entre 1984 e 1986 se promoveu uma desvalorização cambial que reequilibrou a balança comercial. Houve um retorno do crescimento, puxado pelo consumo. Pode-se observar também no período um certo controle do crescimento da dívida e a reconstituição das reservas.

Um aspecto relevante do período foi inflação. Seu controle tornou-se o objetivo central da política econômica da época. O plano Cruzado foi lançado em 1986, mas partir de 1987, dado o seu fracasso e a moratória da dívida externa, pode-se apontar um retorno dos indicadores de crise, procedendo-se a ajustes moderados. Em 1989 pode-se observar um crescimento tipicamente populista, que perdurou até 1990 (REGO &

MARQUES, 2003, p. 164).

Outros planos sucederam o Cruzado, entre eles pode-se citar: o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), o Plano Collor I (1990) e o Plano Collor II (1991). Estes não tiveram sucesso no controle da inflação, apenas promoveram um repesamento temporário da mesma.

Além disso, se observou no período uma mudança na trajetória de crescimento da indústria, que indicou o esgotamento do padrão de industrialização implantado a partir da década de 1950. Essa constatação indicava a necessidade de reformas e de um novo paradigma de industrialização.

Segundo Rego & Marques (2003), a política comercial brasileira estava focada no período em questão na obtenção de superávits comerciais. Estes resultados eram buscados através da contenção das importações (principalmente com o uso de medidas não-tarifárias, como, por exemplo, a Lei do Similar Nacional) e de incentivos às exportações (foi implementado um projeto de promoção das exportações, concedendo incentivos a alguns setores industriais). Apesar disso, se comparado com a década de 60 e 70, o crescimento das exportações teve queda neste período.

Assim, pode-se afirmar que o papel das exportações neste período se baseava no fornecimento de divisas para aliviar o estrangulamento externo e possibilitar o pagamento dos compromissos brasileiros no exterior.

2.3. As Reformas da Década de 1990

A partir do final da década de 1980 e principalmente durante a década de 90 teve início no Brasil um conjunto de reformas estruturais em um contexto de transformações no âmbito internacional e do esgotamento do PSI. Entre as transformações no âmbito internacional pode-se citar o retorno do liberalismo econômico à cena mundial, pregando a redução da intervenção do estado na economia, a diminuição de impostos e a privatização das empresas estatais. Estas medidas foram recomendadas ao Brasil pelo FMI - Fundo Monetário Internacional, este por sua vez se baseou no Consenso de Washington⁵ para elaborá-las. Além disso, as reformas foram levadas a cabo também

⁵ Dadas as circunstâncias em que o Brasil se encontrava após o segundo choque do petróleo, foi necessário recorrer a empréstimos do FMI para equilibrar o balanço de pagamentos. Assim foi recomendado ao país algumas medidas da teoria liberal, como exemplo a disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária, a prática de taxas de juros compatíveis com o mercado, a abertura comercial e o investimento direto estrangeiro, a privatização das empresas estatais, entre outros.

pelo esgotamento do PSI como modelo de desenvolvimento nacional, bem como pelas distorções geradas por este tipo de modelo, como por exemplo a instabilidade macroeconômica, a ineficiência e falta de competitividade da indústria nacional, e a incorreção dos preços relativos dos fatores de produção (capital e trabalho).

Acreditava-se que o comércio internacional poderia estimular a recuperação do crescimento e o aumento do emprego, ao elevar a baixa demanda agregada da economia brasileira. Esperava-se que livre comércio tivesse um impacto distributivo positivo, pois segundo o teorema de Stolper-Samuelson, o livre comércio beneficia o fator de produção abundante em detrimento do fator escasso de cada país. Assim, no Brasil o livre comércio poderia promover uma redistribuição de renda em favor dos trabalhadores.

Entre as duas principais dimensões da reestruturação ocorrida no Brasil na década de 1990 pode-se citar a abertura comercial e a estabilização monetária. Ocorreu também no período um processo de abertura financeira, no entanto, dado objetivo do trabalho essas reformas não serão detalhadas.

2.3.1 Abertura Comercial

Durante o processo de abertura comercial, a política comercial do governo Collor sofreu profundas mudanças. Ao mesmo tempo em que se adotou o câmbio livre, se intensificou o programa de liberalização da política de importações. De acordo com Castro (2005b, p. 147):

Na prática, acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de importação, para dar lugar a um controle tarifário, com alíquotas cadentes. Foi também anunciada uma reforma tarifária na qual se anunciou que todos os produtos teriam reduções graduais ao longo de quatro anos, a partir do qual atingiriam uma alíquota modal de 20%, dentro de um intervalo de variação de 0 a 40% (...). Preanunciando reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtores nacionais para a transição para uma economia mais aberta.

A abertura comercial e financeira a partir de 1990 contribuiu para o processo de estabilização do Real, aumentou o passivo externo acumulado, promoveu a desverticalização e a terceirização, e aumentou a dependência em relação à recursos externos para cobrir as necessidades de financiamento.

Segundo Franco (1999) a abertura poderia ter começado antes, mas o processo precisou de um estímulo amplo e poderoso, como a política cambial do Plano Real, para dissolver os obstáculos que a entravavam.

Conforme Carneiro (2002) a estrutura herdada dos anos 50 foi inteiramente reformulada no início anos 90, as barreiras não tarifárias abolidas, os regimes especiais de importação reduzidos ao drawback⁶, a zona franca Manaus e ao setor de Tecnologia da Informação. As tarifas tiveram uma drástica redução entre 1990 e 1994, caindo para em média um terço do que era antes. O autor considera essencial para o processo de transformação da estrutura produtiva e inserção externa brasileira a valorização cambial, que causou o barateamento das importações e a redução da competitividade das exportações.

Ainda de acordo com Carneiro o sentido geral da mudança promovida pela abertura foi a especialização da estrutura produtiva, ocasionando elevação do coeficiente importado (de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998) e ampliação de coeficiente exportado (de 8% em 1990 para 14, 8% em 1998). No entanto esta ampliação foi incapaz de compensar a perda de mercado doméstico, invalidando dessa forma o paradigma da globalização produtiva suposta pela teoria neoliberal.

A abertura acompanhada de valorização do câmbio promoveu uma reestruturação produtiva de grande significado na economia brasileira, para o autor há claras indicações de uma especialização regressiva na economia brasileira com ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais e trabalho e redução da importância, com exceções (segmento produtor de material de transporte, setor automotivo), dos setores intensivos em tecnologia e capital.

As transformações ocorridas têm varias implicações, a mais importante é a diminuição das relações intersetoriais da economia brasileira, isto é, o padrão de crescimento fundado no adensamento das relações interdepartamentais foi

⁶ O regime aduaneiro especial de drawback consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado.

desarticulado. Além disso, ao declínio da importância do mercado interno não correspondeu uma ampliação do papel do mercado externo, a exceção de uns poucos segmentos produtivos.

De tudo isso resultou uma estrutura produtiva muito menos diversificada do que no início da década, e com exceção do setor de material de transporte, concentrada em segmentos de pouco dinamismo. A indústria brasileira tendeu a se concentrar em segmentos dependentes da base de recursos naturais.

Os efeitos das transformações da estrutura produtiva sobre a inserção externa da indústria, vistos pelo saldo de comércio exterior, foram muito expressivos: considerando a taxa de comércio, para o setor industrial as importações superam as exportações após 1994. A indústria brasileira após a abertura passou a operar permanentemente em déficit comercial, que pode ser considerado estrutural, resultado da reestruturação produtiva induzida pela abertura combinada com a apreciação cambial, mencionada anteriormente. Conforme Carneiro (2002) a forma como se processou a abertura (velocidade, abrangência, ausência de salvaguardas) num contexto internacional de mudanças tecnológicas, teria de conduzir a esses resultados.

Entre os motivos da ausência de dinamismo das exportações, se pode citar a incapacidade de ampliar a diversificação da pauta e a mudança nos mercados de destino (o peso dos países desenvolvidos diminuiu, e aumentou o peso do Mercosul e da América latina).

Quanto aos mercados de origem das importações, se verifica um aumento na participação dos países desenvolvidos, um recuo da OPEP, e o surgimento de outras áreas, como por exemplo o Mercosul e o sudeste asiático.

Dessa forma, nos anos 90 houve a constituição de 2 assimetrias no comércio exterior brasileiro: as importações cresceram mais, se originaram de áreas desenvolvidas, e houve um predomínio de bens com maior conteúdo tecnológico e intensivos em capital; e as exportações cresceram menos, se destinaram a países em desenvolvimento, e se constituíram de bens com menor dinamismo (principalmente commodities). Dessa forma, Carneiro (2002) coloca que o Brasil regrediu tanto nas relações com países ricos (sistema de intercâmbio centro-periferia clássico), quanto nas com a periferia, com quem consolidou um relacionamento oposto.

Assim, a composição das importações e das exportações revelam um perfil de integração externa em que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva.

2.3.2 Estabilização Monetária

A segunda dimensão da reestruturação ocorrida na década de 1990 foi a estabilização monetária, que ocorreu com a implantação do Plano Real. Este foi originalmente concebido como um programa em 3 fases: ajuste fiscal provisório, para promover um ajuste das contas públicas e atender assim a uma das pré-condições da chamada “Proposta Larida”, criação de um padrão estável de valor – URV; e liberação da moeda e estabelecimento de regras para garantir sua estabilidade.

A primeira fase foi composta por dois esforços de ajuste fiscal: o Programa de Ação Imediata (PAI), lançado em maio de 1993 e o Fundo Social de Emergência (FSE), lançado em fevereiro de 1994. O PAI pretendia redefinir a relação entre a União e os Estados e Municípios, e entre o Banco Central e os Bancos Estaduais e Federais, além de combater a sonegação. Introduziu novos tributos e incluiu um acordo com o FMI e com bancos credores. O FSE promoveu a desvinculação de algumas receitas federais, em uma tentativa de atenuar a rigidez dos gastos da União. No entanto, estes esforços não foram suficientes para atingir o equilíbrio fiscal em 1995. No entanto, ao contrário do que se acreditava, a continuidade deste desajuste não implicou retorno à inflação.

A segunda fase buscava eliminar o componente inercial da inflação. Acreditava-se que era preciso zerar a memória inflacionária, e em vez de congelamentos de preços, a desindexação seria feita de forma voluntária através de uma quase moeda, que reduziria o período de reajustes de preços. A idéia era simular uma hiperinflação sem viver suas conseqüências, completando o processo com uma reforma monetária. A proposta da URV foi feita com base na proposta “Larida” (que indicava a introdução de uma unidade monetária indexada para zerar a memória inflacionaria). Conforme Barros (2005) na época se argumentou que o único país que fez algo semelhante, a Hungria, experimentou a maior hiperinflação de sua história. Segundo a autora, Mario Henrique Simonsen observou que a possibilidade de optar entre a moeda velha e a nova levava ao surgimento de uma hiperinflação na moeda velha que contaminava a nova, por estarem

indexadas. Para evitar isso, no Plano Real não existia uma nova moeda, apenas uma nova unidade de conta, a URV, que seria responsável pelo processo de recuperação das funções de uma moeda. Através dela, primeiro se recuperaria a função de unidade de conta, e depois de emitida, a função de reserva de valor. Outra contribuição importante à construção da URV foi de Pêrsio Arida que colocou que, em vez de política monetária passiva, se deveria impor juros altos para evitar a aceleração da inflação. A equipe do Plano Real seguiu esse conselho e aumentou as taxas reais de juros e elevou as taxas para depósitos compulsórios após a introdução da nova moeda. O voluntarismo na adesão à URV reforçava a idéia que o Plano Real respeitava ao máximo os mecanismos de mercado. Também se deve considerar a contribuição de G. Franco, que dizia que a URV deveria ser examinada à luz da experiência do *rentenmark* alemão, pois o fim da hiperinflação alemã se deu através da introdução de uma nova moeda indexada e do uso das reservas para sustentar a taxa de câmbio entre o marco e o dólar, porque assim haveria estabilidade dos preços, que eram cotados em marcos mas atrelados ao dólar. A contribuição de Franco foi ter levado para o Plano Real a noção da importância da taxa de câmbio para a estabilização.

A terceira fase do Plano Real iniciou com a Medida Provisória 542, mas apresentava um conjunto de medidas sobrepostas: lastreamento da oferta monetária doméstica em reservas cambiais (R\$1=US\$1, mas o Conselho Monetário Nacional - CMN poderia alterar paridade), fixação de limites máximos para estoque da base monetária por trimestre, e mudança no funcionamento do CMN, visando maior autonomia do BC. Entre as críticas que foram feitas a esta fase, pode-se citar: 1) O Governo estabeleceu um lastro sem garantir a conversibilidade, perdendo assim parte de sua credibilidade, 2) A magnitude da remonetização era desconhecida, e o risco de ultrapassar as metas monetárias era alto, 3) Inconsistência econômica ao lançar simultaneamente as âncoras cambial e monetária em uma economia com mobilidade de capitais (após, o governo anunciou que o real adotaria a ancora monetária, metas, e o câmbio atuaria em uma banda assimétrica, com teto de R\$1=US\$1). Nenhuma das medidas previstas pela MP foi mantida integralmente. Em Outubro de 1994, governo decidiu mudar de âncora, adotando a cambial.

O plano deu certo porque as condições externas eram melhores que nos anos 1980 (liquidez) e a economia brasileira estava mais aberta, condições estas que asseguraram o funcionamento da âncora cambial. A estratégia da URV provou ser

muito melhor que o congelamento, mas é importante salientar que o governo contava com apoio político no Congresso e houve perspectivas de continuidade político-econômica com FHC. Além disso, os juros se mantiveram elevados, tornando-se mais uma âncora para os preços (mas ocasionando conseqüências ruins para a dívida e para o crescimento).

Para Coutinho (1996) uma conseqüência direta do Plano Real e da sobrevalorização do câmbio com juros elevados, é uma inegável fragilização da posição comercial brasileira em face da globalização. Este processo não é um fenômeno espontaneamente benigno para os países em desenvolvimento da periferia, pois apenas as sociedades que têm coesão, estratégia e Estado eficiente conseguem aproveitar suas conseqüências positivas.

2.4. A Economia Pós-Real

Dadas as condições históricas do Brasil em 1995, FHC estabeleceu como prioridade ao assumir o combate à inflação. Esta meta deixou aberto o flanco do Balanço de Pagamentos, verificando-se nos anos seguintes um crescente desequilíbrio externo. O grande motivador deste desequilíbrio foi a apreciação cambial verificada no início do plano Real e utilizada como instrumento para a manutenção da estabilidade.

Esta apreciação foi motivada pelo temor da repetição da crise mexicana, pela falta de *timing* com o ritmo da atividade econômica nacional, e pela esperança de continuar obtendo financiamento externo e entrada de capitais através das privatizações para efetuar os ajustes necessários de forma gradual.

No entanto, no final de 1998, com a crise da Rússia, a liquidez internacional teve grande retração e os ajustes tiveram de ser feitos imediatamente. Foi negociado um acordo com o FMI para financiar o déficit em conta corrente. Este déficit causou uma grande fuga de capitais dada a perspectiva de desvalorização e mudança de regime cambial. O acordo previa rigoroso aperto fiscal, mas nada relativo à questão cambial. No entanto, as cláusulas necessárias para sua aprovação foram rejeitadas pelo Congresso.

Desta forma, o pessimismo externo aumentou e a perda de divisas se acelerou, impondo a desvalorização do real. Após uma tentativa de taxa de câmbio controlada, o

governo deixou o real flutuar, e a taxa passou de R\$ 1,20 para R\$ 2,00 em 45 dias. A situação começou a se estabilizar quando Armínio Fraga assumiu a presidência do Banco Central e anunciou a elevação da taxa de juros e o início de estudos para a implantação de um sistema de metas de inflação. Além disso o governo conseguiu apoio político para a aprovação do acordo com o FMI.

Em 2001, a crise na Argentina diminuiu a entrada de capitais e os atentados de 11 de setembro abalaram os mercados mundiais. Além disso no Brasil houve uma crise de energia, comprometendo o desempenho da economia (taxa de variação real do PIB no ano foi próxima a zero).

No segundo governo FHC verificou-se um crescimento baixo, taxas de juros altas, mas melhoria sistemática da balança comercial e do resultado em conta corrente. Muitos autores afirmam que o legado FHC, isto é, o tripé de políticas, metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal, embasaram o crescimento verificado no período seguinte. Segundo Giambiagi (2005), se mantidas, estas políticas poderiam levar ao desenvolvimento, com inflação baixa e equilíbrios externo e fiscal.

Quanto à Inserção Comercial do governo FHC, cabe lembrar do movimento da taxa de câmbio. Observa-se até 1999 que a mesma estava subordinada ao combate da inflação, sendo mantida fixa e apreciada, o que impactou negativamente na balança comercial. No entanto, após a mudança de regime cambial, verifica-se uma melhora no resultado do saldo entre exportações e importações. Esta melhora foi tímida nos dois primeiros anos, mas no biênio 2001-2002, dada a desaceleração da demanda interna, verificou-se uma redução significativa nas importações, causando grande impacto no saldo total.

O padrão de inserção comercial do período foi definido no início do governo FHC, e seus determinantes foram a abertura comercial, a valorização real da moeda doméstica, e as novas estratégias das empresas transnacionais.

Esta renovação do ambiente econômico e dos padrões de conduta, bem como a difusão de técnicas e produtos atualizados, parece abrir o caminho para a retomada do crescimento nos próximos anos. As exportações deixam de ter um papel específico na economia brasileira, passando a conformar apenas mais um setor da mesma.

Um aspecto importante que marca a transição entre o governo FHC e o governo Luiz Inácio “Lula” da Silva é uma grande mudança na dinâmica da economia

internacional, que entrou numa fase de expansão da produção, da liquidez e do comércio internacional a partir de 2003, aumentando a demanda por produtos primários e melhorando os termos de troca da economia nacional.

Assim, a inserção externa da economia brasileira no período foi fortemente condicionada pela dinâmica da economia internacional, e a política econômica do governo Lula teve uma linha de continuidade em relação ao período anterior, isto é, não se apresentam mudanças significativas nas duas grandes variáveis que moldam a inserção externa, o regime cambial e a abertura da economia.

Assim, o resultado do Balanço de Pagamentos sofreu mudanças importantes no início do governo Lula: o saldo de transações correntes tornou-se superavitário, baseado em superávits comerciais, e a conta capital e financeira tornou-se deficitária, devido principalmente aos capitais voluntários e às operações de regularização com o FMI.

Quanto ao grau de abertura financeira o governo Lula deu continuidade ao processo iniciado na década de 1980. Entre as medidas adotadas, destacam-se a unificação dos mercados de câmbio livre e flutuante e a extinção da Conta de Não-Residentes (CC5). Também deve ser mencionada a flexibilização da cobertura cambial às exportações (ampliação dos prazos de retenção de dólares no exterior) e também a Medida Provisória 281, que concedeu incentivos fiscais a investidores estrangeiros para aquisição de títulos da dívida pública interna.

O impacto da inserção financeira sobre o comportamento da taxa de câmbio nominal foi o de apreciação. Esta questão é delicada, pois se trata de uma variável chave para a balança comercial e pode comprometer seu desempenho, ampliando a fragilidade externa da economia.

Quanto à inserção comercial, deve-se levar em consideração os efeitos “tardios” da desvalorização de 1999, pois foi apenas a partir de 2000 que as exportações responderam ao estímulo cambial. As exportações iniciaram uma trajetória de crescimento, que se transmitiu ao saldo dado que as importações cresceram a uma taxa inferior. Além da maturação das reformas realizadas no período anterior, alguns fatores conjunturais colaboraram para este resultado, como o já comentado crescimento da demanda mundial e o aumento dos preços das commodities (produtos de grande representatividade na pauta de exportações brasileira). Ainda, alguns fatores endógenos

não devem ser menosprezados, como o aumento da competitividade agroindustrial, a diminuição da demanda doméstica, os estímulos à exportação através de desoneração fiscal e promoção comercial; e a diversificação das exportações em busca de mercados em países em desenvolvimento.

No entanto, a partir de 2003 verifica-se o início de um processo de apreciação do real, possivelmente relacionada às elevadas taxas de juros praticadas internamente, que vai, juntamente com um movimento de desaceleração da economia mundial, ocasionar reduções no saldo comercial em 2007 e 2008, sem contudo torná-lo negativo.

O grau de abertura comercial e a estrutura de comércio exterior não apresentam no geral mudanças significativas entre os governos FHC e Lula. O que se pode notar que mudou foi a política comercial do governo Lula, em relação à do governo FHC, passando-se a apresentar posições mais ofensivas na busca da diversificação do comércio exterior brasileiro, principalmente através de viagens presidenciais e ministeriais, acompanhadas por empresários, para diversas regiões do globo. Da mesma maneira, o governo e empresários brasileiros receberam diversas missões de outros países.

Além da observação dos saldos da balança comercial, deve-se também considerar o conteúdo tecnológico das exportações e das importações. Esta análise demonstra que o Brasil está sofrendo um processo de regressão em sua pauta de exportações, dada a inserção passiva que tem sido promovida. Esta regressão se expressa pela concentração cada vez mais intensa em commodities. Este fato manifesta uma maior dependência do Brasil em relação ao mercado internacional, reproduzindo as fragilidades estruturais da pauta de exportações, dada o baixo dinamismo do setor líder da mesma e a baixa representatividade nas exportações mundiais.

Quanto às importações, ao contrário do que ocorre com as exportações, verifica-se uma concentração em produtos de maior intensidade tecnológica. Assim, observa-se que o Brasil é superavitário no setor de commodities e outros produtos de baixa tecnologia e intensivos em mão de obra e deficitário no setor de bens intensivos em tecnologia, deixando assim a economia suscetível às flutuações do cenário internacional.

Cabe lembrar o argumento de Filgueiras e Gonçalves (2007), de que no período observado nem se enfrenta nem se supera a tradicional inserção passiva brasileira, ela

apenas se atualiza à nova fase do crescimento mundial. Para os autores, ocorreu um processo de “adaptação passiva e regressiva” ao sistema econômico mundial, mas o padrão de inserção internacional da economia brasileira no governo Lula não se diferencia do observado no governo FHC. Os autores também afirmam que este padrão de inserção aumenta a dependência do crescimento do PIB em relação a demanda externa, deixando o país mais vulnerável às oscilações da conjuntura internacional.

Após esta análise histórica da Economia brasileira, conclui-se que as exportações desempenharam um papel importante no processo de desenvolvimento do País. Este papel sofreu mudanças ao longo do tempo, devido a transformações no contexto econômico interno e externo.

Medeiros e Serrano (2001) colocam a questão da importância de uma taxa elevada de crescimento das exportações para o crescimento a longo prazo da economia brasileira. Tendo em vista a recente reespecialização das exportações brasileiras na direção de produtos de baixa elasticidade renda e o crescente protecionismo dos países mais ricos, os autores colocam que a economia brasileira terá de buscar uma estratégia agressiva de promoção de exportações, complementada por uma inevitável substituição de (algumas) importações para manter as contas do Balanço de Pagamentos numa trajetória sustentável, se pretender efetivamente libertar-se de uma trajetória de crescimento medíocre e instável. Ainda para os autores, independentemente de ideologias, ou da polêmica discussão sobre o grau desejável de penetração de importações na indústria e economia brasileiras, crescer a taxas elevadas com uma economia mais aberta às importações sem uma aceleração sustentada no crescimento das exportações é muito difícil.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE EMPÍRICA DA RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E INSERÇÃO EXTERNA

Este capítulo pretende analisar empiricamente a relação entre o crescimento econômico e exportações brasileiras e entre o crescimento econômico brasileiro e o crescimento econômico mundial e de alguns blocos (Economias avançadas, G7 e dos países asiáticos em desenvolvimento⁷). A metodologia utilizada será a aplicação do teste de não-casualidade de Granger aos dados selecionados.

A análise partiu da observação de aspectos gerais da relação entre as exportações e o PIB, exposta no Gráfico 1. Este gráfico indica que ambas variáveis seguem uma tendência de crescimento no longo prazo, no entanto pode-se observar que as exportações vêm crescendo a uma taxa superior ao crescimento do PIB nos últimos anos, principalmente a partir do ano 2000.

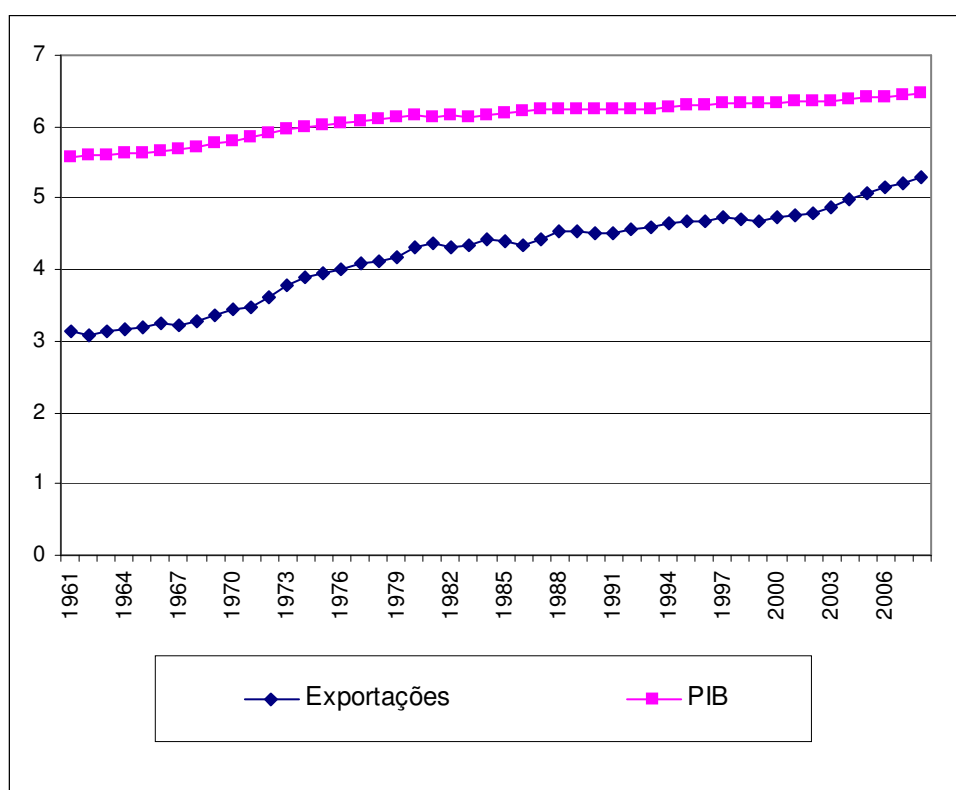


Gráfico 1 - Evolução das Exportações e do PIB no período 1961-2008 (milhões de reais – escala logarítmica)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

⁷ Os países que integram cada um destes blocos serão especificados mais adiante.

Outra análise realizada previamente à realização dos testes foi a observação do comportamento da variação do PIB brasileiro e do PIB Mundial. Conforme pode-se verificar no Gráfico 2, até o início da década de 80 o PIB brasileiro apresentava oscilações maiores se comparadas às oscilações do PIB Mundial. Já a partir do início dos anos 90, a tendência passa a ser de o PIB brasileiro oscilar menos do que anteriormente em relação à variação do PIB Mundial. Além disso é interessante ressaltar que até a década de 1980 o crescimento do PIB brasileiro foi maior do que a média mundial na maioria dos anos. No entanto, após a década de 1980 predominam no Brasil médias inferiores ao registrado no âmbito mundial.

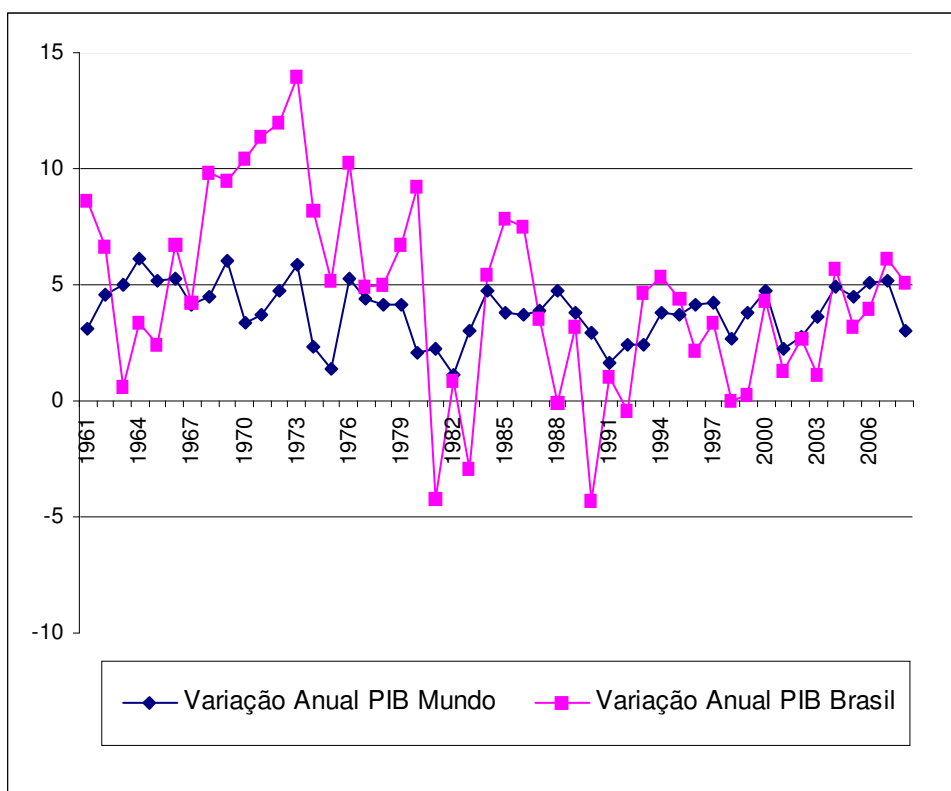


Gráfico 2 - Evolução do PIB brasileiro e do PIB mundial no período 1980-2007 (variação real anual %)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Os dados que foram utilizados para realizar os testes se dividiram em duas periodizações, primeiro de 1960 a 2008, e segundo de 1980 a 2007. Na primeira periodização utilizaram-se os seguintes dados: Exportações brasileiras, variação do PIB brasileiro, e variação do PIB Mundial, todos provenientes da fonte IPEADATA. Se buscou testar as relações de causalidade sugeridas nos gráficos anteriores, isto é, se

houve causalidade entre as exportações e o PIB no período, ou vice-versa, e se houve causalidade entre o desempenho do PIB brasileiro e do PIB mundial no intervalo selecionado. A segunda periodização incluiu a variação real anual do PIB do Brasil, do Mundo e dos seguintes blocos: União Européia; Economias avançadas; Ásia em desenvolvimento; Países Emergentes e em desenvolvimento; África; Oriente Médio; Hemisfério Ocidental; e Principais economias avançadas (G7). Os países integrantes destes blocos estão disponíveis no Anexo I. Estes dados foram obtidos junto ao Banco de Dados do FMI – Fundo Monetário Internacional. Será testada a existência de causalidade entre o a variação do PIB brasileiro e dos demais itens listados acima, afim de determinar se há alguma relação entre eles.

O método utilizado para avaliar a relação entre as variáveis selecionadas foi o teste de não-causalidade de Granger (1969). Este teste visa superar as limitações do uso de simples correlações entre variáveis. Essa distinção é de fundamental importância porque correlação não implica por si só em causalidade (relação de causa e efeito) e a identificação de uma relação estatística entre duas variáveis, por mais forte que seja, não pode ser o único critério para estabelecer uma relação causal entre elas.

O teste de causalidade de Granger procura determinar o sentido causal entre duas variáveis, estipulando que X "Granger-cause" Y se valores passados de X ajudam a prever o valor presente de Y. Assim, o conceito de causalidade de Granger diz respeito à capacidade de uma variável em auxiliar na previsão do comportamento de uma outra variável de interesse. Trata-se da existência de uma precedência temporal estatisticamente significativa na explicação de uma dada variável.

Segundo Gujarati (2000) este teste pressupõe que a informação relevante para a previsão das variáveis selecionadas está contida unicamente nos dados da série temporal das mesmas. Assim, o teste de Granger mede a relação entre duas variáveis, através da estimação de um par de regressões:

$$\begin{aligned}
 y_t &= \alpha_0 + \alpha_1 y_{t-1} + \dots + \alpha_\ell y_{t-\ell} + \beta_1 x_{t-1} + \dots + \beta_\ell x_{t-\ell} \\
 x_t &= \alpha_0 + \alpha_1 x_{t-1} + \dots + \alpha_\ell x_{t-\ell} + \beta_1 y_{t-1} + \dots + \beta_\ell y_{t-\ell}
 \end{aligned}$$

Uma vantagem dos testes de não-causalidade refere-se ao fato de que, em tese, eles estão imunes ao problema da endogeneidade (ou viés de simultaneidade), já que apenas valores defasados das variáveis endógenas aparecem do lado direito das

equações, e, portanto os estimadores de MQO (mínimos quadrados ordinários) são consistentes (KOSHIYAMA, 2008).

Primeiro se realizaram os testes com os dados da primeira periodização, de 1961 a 2008. Os resultados reportados na Tabela 1 indicam que a hipótese de não-causalidade do PIB com relação às exportações é rejeitada ao nível de 5%. O teste, portanto, aponta que o crescimento do PIB influencia o crescimento das exportações. No entanto, os resultados indicam que o crescimento das exportações não afetam o crescimento o PIB. Esses resultados corroboram os estudos feitos por Jung & Marshall (1985), Chow (1987), Xu (1996), Matos (2003) e Koshiyama et al. (2007), que obtiveram de um modo geral resultados ambíguos sobre a validade da hipótese de que as exportações promovem crescimento econômico. Ainda, os testes também não indicam relação de causalidade entre o PIB mundial e o PIB brasileiro.

Tabela 1: Exportações *versus* PIB e PIB Brasil *versus* PIB Mundo: teste de não-causalidade de Granger

Hipótese Nula	Resultado
PIB Brasil não Granger Causa Exportações Brasileiras	REJEITA*
Exportações Brasileiras não Granger Causam PIB Brasil	ACEITA
PIB Mundial não Granger Causa PIB Brasil	ACEITA
PIB Brasil não Granger Causa PIB Mundo	ACEITA

Fonte: estimações feitas pelo autor utilizando o Software EViews.

Notas: * indica a rejeição da hipótese nula ao nível de significância de 5%.

Em segundo lugar se realizaram os testes com os dados da segunda periodização, de 1980 a 2007. Os resultados reportados na Tabela 2 indicam que a hipótese de não-causalidade do PIB Mundial em relação o PIB brasileiro é rejeitada ao nível de 10%. Desta forma o teste aponta que o crescimento do PIB Mundial influencia o crescimento do PIB brasileiro.

Além disso os testes também apontam que as hipóteses de não-causalidade do PIB das Economias Avançadas, da Ásia em desenvolvimento e do G7 com relação ao PIB brasileiro foram rejeitadas. Assim, o teste indica que o crescimento do PIB destes blocos também influenciam o crescimento do PIB brasileiro. No entanto a hipótese de não-causalidade do PIB da União Européia, dos Países Emergentes e em desenvolvimento, da Africa, do Oriente Médio, e do Hemisfério Ocidental foram

aceitas. Desta forma, o teste aponta que o crescimento do PIB destes blocos não influenciam o crescimento do PIB brasileiro.

Tabela 2: PIB Brasil *versus* PIB Mundo, PIB Países Avançados, PIB Países asiáticos desenvolvidos, PIB G7: teste de não-causalidade de Granger

Hipótese Nula	Resultado
PIB Mundo não Granger Causa o PIB Brasileiro	REJEITA**
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB Mundo	ACEITA
PIB das Economias Avançadas não Granger Causa o PIB Brasileiro	REJEITA**
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB das Economias Avançadas	ACEITA
PIB da Ásia em desenvolvimento não Granger Causa o PIB Brasileiro	REJEITA*
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB da Ásia em desenvolvimento	ACEITA
PIB do G7 não Granger Causa o PIB Brasileiro	REJEITA**
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB do G7	ACEITA
PIB da África não Granger Causa o PIB Brasileiro	ACEITA
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB da África	ACEITA
PIB dos Países Emergentes e em Desenvolvimento não Granger Causa o PIB Brasileiro	ACEITA
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB dos Países Emergentes e em Desenvolvimento	ACEITA
PIB do Oriente Médio não Granger Causa o PIB Brasileiro	ACEITA
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB do Oriente Médio	ACEITA
PIB da União Européia não Granger Causa o PIB Brasileiro	ACEITA
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB da União Européia	ACEITA
PIB do Hemisfério Ocidental não Granger Causa o PIB Brasileiro	ACEITA
PIB Brasileiro não Granger Causa o PIB do Hemisfério Ocidental	ACEITA

Fonte: estimações feitas pelo autor utilizando o Software EViews.

Notas: * indica a rejeição da hipótese nula ao nível de significância de 5%.

** indica a rejeição da hipótese nula ao nível de significância de 10%.

Sobre a relação entre os resultados obtidos e as teorias elencadas no capítulo 1 pode-se dizer que, quanto à relação de causalidade bidirecional entre comércio externo e crescimento econômico apontada por Krugman (1991) e Krugman e Venables (1993), pode-se verificar apenas no sentido de crescimento do PIB para crescimento das exportações. Quanto à segunda afirmação dos autores, de que as exportações reforçam a promoção do crescimento regional através de economias de escala na produção, no período analisado os testes de causalidade de Granger não apontaram para esses resultados.

Levando-se em consideração os aspectos históricos, teóricos e empíricos discutidos neste trabalho chegou-se à conclusão de que a economia brasileira após a abertura promovida na década de 90 demonstra seguir mais fortemente a tendência da

dinâmica externa em termos de crescimento econômico do que era verificado anteriormente. Essa tendência se mostra mais intensa em relação aos países avançados, às potências do G7 e também em relação às economias asiáticas em desenvolvimento.

Cabe ressaltar que os mecanismos apontados por Àgénor (2000) através dos quais a abertura comercial pode gerar ganhos dinâmicos e, assim afetar a taxa de crescimento da economia no longo prazo poderão vir a contribuir com o crescimento do PIB brasileiro. Entre estes mecanismos através dos quais a abertura comercial afeta a taxa de crescimento de longo prazo o autor indicou que ocorre uma melhora na alocação de recursos entre os setores produtivos, através da eliminação de distorções, e diminui assim os incentivos à atividades de rent-seeking; uma facilitação na aquisição de insumos e de bens intermediários e tecnologias modernas, que elevam produtividade economia; e redução do prêmio de risco nos mercados de capital mundiais, melhorando dessa forma os termos de captação de recursos para financiar formação de capital doméstico.

Os resultados alcançados também indicam coerência com o que apontam os modelos de Grossman & Helpman (1991) e Rivera-Batiz & Romer (1991), modelos nos quais o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D) é a fonte de crescimento, e dado que a integração econômica permite aos países explorar retornos crescentes de escala no setor de P&D, então a abertura comercial tende a aumentar a taxa de crescimento de longo prazo através da expansão do mercado. Além disso, o comércio internacional também pode aumentar a produtividade doméstica pelo aumento de “spillovers” de conhecimento. Entretanto, uma análise mais refinada deverá ser realizada para comprovar esta relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a relação existente entre o comércio exterior e o crescimento da economia brasileira, e entre este e o crescimento mundial e de alguns blocos econômicos de interesse.

Conforme foi visto no capítulo 1, a Nova Teoria do Comércio Internacional na abordagem de Krugman (1991) e Krugman e Venables (1993) sugere a existência de uma relação de causalidade bidirecional entre comércio externo e crescimento econômico, isto é, as exportações reforçam a promoção do crescimento regional através de economias de escala na produção, mas as condições econômicas locais também promovem o crescimento das exportações. Esta relação é também sugerida pelo estudo empírico de Koshiyama (2008).

Por outro lado, segundo Leitchenko (2000) os modelos da Teoria do Crescimento Endógeno sugerem que o desenvolvimento e a produção de novos bens para exportação têm efeitos de externalidade que fomentam o crescimento. Além disso, os modelos também sugerem que cada produto de exportação tem um potencial diferente para o efeito de externalidade, e os países que se especializarem na exportação de produtos com maior potencial terão um crescimento mais rápido que os demais.

Através da revisão histórica da trajetória da economia brasileira, pode-se identificar que a mesma passou por grandes transformações recentemente. Após um período de intenso crescimento conduzido pelo processo de substituição de importações iniciado na década de 1930, entrou em um período de estagnação e altas taxas de inflação. Na última década foi implementada uma ampla e intensa abertura comercial, que conjuntamente com outras reformas implementadas, desencadearam um processo de reestruturação produtiva na indústria nacional.

A análise empírica realizada no capítulo 3 indicou, no primeiro grupo de dados (Exportações brasileiras, PIB brasileiro, e PIB Mundial, entre 1960 e 2008), que o crescimento do PIB influencia o crescimento das exportações, mas que as exportações não apresentam relação de causalidade com o PIB. Os testes também não indicam causalidade entre o crescimento do PIB mundial e o crescimento do PIB brasileiro no período.

No entanto, no segundo grupo de dados (variação real anual do PIB do Brasil, do Mundo, das Economias avançadas, da Ásia em desenvolvimento e do G7), que abrangem o período 1980 a 2007, os resultados reportados indicam uma tendência de que o PIB Mundial, o PIB das Economias Avançadas, o PIB da Ásia e desenvolvimento e o PIB do G7 influenciam o crescimento do PIB brasileiro.

Levando-se em consideração os aspectos históricos, teóricos e empíricos discutidos neste trabalho chegou-se à conclusão de que a economia brasileira após a abertura promovida na década de 90 demonstra seguir mais fortemente a tendência da dinâmica externa em termos de crescimento econômico do que era verificado anteriormente. Essa tendência se mostra mais intensa em relação aos países avançados, às potências do G7 e também em relação às economias asiáticas em desenvolvimento.

É importante destacar que as conclusões deste trabalho indicam uma tendência, e que a realização de uma análise futura mais refinada é importante para que possa apontar com mais propriedade as características da relação indicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÉNOR, P. R. *The Economics of Adjustment and Growth*. San Diego, CA: Academic Press, 2000.

ARIDA, P. (Org.). *Inflação Zero - Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo, Nobel, 1996.

CARNEIRO, R. Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974 – 89. *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP, n. 2, 1993.

_____, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002.

CASTRO, A. B. Ajustamento X Transformação: A Economia Brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, A.B. & SOUZA, F.E.P. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Brasiliense, v. 21, n. 3, jul./set, 2001.

CASTRO, L. Privatização, abertura e dexindexação: a primeira metade dos anos 90(1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

CHOW, P. C. Y. Causality between export growth and industrial development: Empirical evidence from the NICs. *Journal of Development Economics*, Elsevier, vol. 26(1), pp. 55-63, June 1987.

COUTINHO, L.. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C. (coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, Papyrus/UNICAMP, 1994.

FELBERMAYR, G. J. Dynamic panel data evidence on the trade-income relation. *Review of World Economics*, vol. 141, no. 4, December 2005.

FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONSECA, P. C. D. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. (Org.). *Formação Econômica do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, pp. 248-282, 2003.

FRANCO, G. *A inserção externa e o desenvolvimento*. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 18, nº 3, p. 121-147, Jul/Set 1998.

_____, G. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FRANKEL, J.A., ROMER, D. Does trade cause growth? *The American Economic Review*, Vol. 89, No. 3, pp. 379-399, June 1999.

GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

GILES, J. M., WILLIAMS, C. L. Export-Led Growth: A Survey of the Empirical Literature and Some Noncausality Results, Part 1. *Journal of International Trade and Economic Development*, No. 9, pp. 261-337, 2000.

GOLÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, vol. 5, edição especial, 2001.

GREMAUD, A.M.; VASCONCELOS, M.A.S. e TONETO JR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GROSSMAN, G.M., HELPMAN, E. *Innovation and Growth in the Global Economy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

GUJARATI, D. *Econometria Básica*. 3ª edição. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

HERMAN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

JUNG, W.S., MARSHALL, P.J. Exports, growth and causality in developing Countries. *Journal of Development Economics*, 18(1), pp. 1-12, February 1985.

KÓNYA, L. Export-Led Growth or Growth-Driven Export? New Evidence from Granger Causality Analysis on OECD Countries. *Central European University Working Paper No.15/2000*.

_____, L. Exports and growth: Granger causality analysis on OECD countries with a panel data approach. *Economic Modelling*, vol. 23, issue 6, pp. 978-992, 2006.

KOSHIYAMA, D. B. *Crescimento Econômico e Comércio Externo: Teorias e Evidências Empíricas para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

KOSHIYAMA, D.B., ALENCASTRO, D., FOCHEZATTO, A. (2007). International Trade and Economic Growth in Latin America: a Granger Causality

Analysis with Panel Data. *International Conference on Policy Modeling (Ecomod 2007)*, USP, São Paulo, Julho de 2007.

KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge: MIT Press, 1991.

_____, P. Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. *Journal of International Economics*, 9, pp. 469-79, 1979.

KRUGMAN, P. & VENABLES, A. (1993). Integration, specialization, and adjustment. Working Paper No. 4559. *National Bureau of Economic Research* (NBER), Cambridge, MA.

LARA-RESENDE, André. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. In: REGO, J. M. (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

LEICHENKO, R. M. Exports, employment, and production: a causal assessment of the U.S. states and regions. *Economic Geography*, Vol. 76, No. 4, pp. 303-24, Oct. 2000.

LINDER, S. B. Ensaio sobre comércio e transformação. In: SAVASINI, J.A.A., MALAN, P.S. & BAER, W. (orgs.). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1970, pp.65-87, 1961.

LUCAS, R.E. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, Vol. 22, No. 1, pp. 3-42, 1988.

MATOS, O.C. Inter-relações entre Desenvolvimento Financeiro, Exportações e Crescimento Econômico: Análise da Experiência Brasileira. *Notas Técnicas do Banco Central do Brasil*, No. 40, Outubro de 2003.

PESSOA, E. & MARTINS, M. Revisitando a teoria do ciclo do produto. *Revista de Economia Contemporânea*, Instituto de Economia da UFRJ, vol. 11, n°. 2, pp. 307-29, Maio-Agosto de 2007.

PRATES, D. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n.7. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2006.

RIVERA-BATIZ, L.A., ROMER, P.M. Economic Integration and Endogenous Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, vol. 106(2), pp. 531-55, May 1991.

REGO, J.M. e MARQUES, R.M. (Org.) *Economia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRÍGUEZ, F. e RODRIK, D. Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Literature. In: Bernanke, B. & Rogoff, K.S. (eds). *Macroeconomics Annual 2000*. MIT Press, Cambridge, MA, 2001.

ROMER, P. New goods, old theory, and the welfare costs of trade restrictions. *Journal of Development Economics*, Elsevier, vol. 43(1), pp. 5-38, February 1994a.

_____, P. The origins of endogenous growth. *Journal of Economic Perspectives*, 8, pp. 3-22, 1994b.

_____, P. Two strategies for Economic development: Using ideas and producing ideas. In: Summers, L.H & S. Shah (1992). *Annual conference on development economics* (Supplement to the World Bank Economic Review and The World Bank Research Observer), pp 63-91, 1992.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. LXX, Feb. 1956.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERNON, R. La inversión internacional y el comercio internacional en el ciclo de productos. In: *Economia Del Cambio tecnológico*. Rosenberg, N. (org.). Trad. de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979., 1ª ed. (español), El trimestre Económico, Lecturas, 31, pp.408-427, 1966.

_____, R. The product-cycle hypothesis in a new international environment. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 41, 1979.

XU, Z. On the causality between export growth and GDP growth: an empirical reinvestigation. *Review of International Economics* 4(2), pp. 172-84, 1996.

Sítios na Internet:

<http://www.imf.org>

<http://www.ipeadata.gov.br>

ANEXO I

Tabela AI – Países integrantes dos grupos testados

BLOCO	PAÍSES QUE O COMPÕE
Africa	Argélia, Angola, Benin, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africano, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, República do Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Guiné Equatorial, Guiné Equatorial, Eritrêa, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritània, Marrocos, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabuê.
Ásia em desenvolvimento	Afganistão, a República do Bangladesh, Butão, Brunei Darussalam, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Kiribati, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Maldivas, Myanmar, Nepal, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tailândia, Timor-Leste, República Democrática do, Tonga, Vanuatu e Vietnã.
Economias avançadas	Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Cingapura, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan Province of China, Reino Unido, e Estados Unidos.
Hemisfério Ocidental	Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.
Oriente Médio	Bahrain, Egito, Irão, República Islâmica do, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Omã, Catar, Arábia Saudita, Síria, Emirados Árabes Unidos e Iêmen, República.
Países Emergentes e em desenvolvimento	Afganistão, República da Albânia, Argélia, Angola, Antígua e Barbuda, Argentina, Armênia, Azerbaijão, Bahamas, Bahrein, Bangladesh, Barbados, Belarus, Belize, Benin, Butão, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Botsuana, Brasil, Brunei Darussalam, Bulgária, Burquina Faso, Burundi, Camboja, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africano, Chade, Chile, China, Colômbia, Comores, Congo, República Democrática do, República do Congo, Costa Rica, Côte Costa do Marfim, Croácia, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Guiné Equatorial, Eritrêa, Estônia, Etiópia, Fiji, Gabão, Gâmbia, Geórgia, Gana, Granada, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Haiti, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Irão, República Islâmica do, Iraque, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Kiribati, Kuwait, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Letônia, Líbano, Lesoto, Libéria, Líbia, Lituânia, Macedónia, Antiga República Jugoslava, Madagáscar, Malawi, Malásia, Maldivas, Mali, Mauritània, Maurício, México, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Omã, Paquistão, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Polónia, Catar, Romênia, Rússia, Ruanda, Samoa, São Tomé e Príncipe, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Seychelles, Serra Leoa, Ilhas Salomão, África do Sul, Sri Lanka, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Sudão, Suriname, Suazilândia, Síria, Tajiquistão, Tanzânia, Tailândia, Timor-Leste, República Democrática do, Togo, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Turcomenistão, Uganda, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Uruguai, Uzbequistão, Vanuatu, Venezuela, Vietnã, República do Iêmen, Zâmbia e Zimbabuê.
Principais economias avançadas (G7)	Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos.
União Européia	Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Roménia e Reino Unido.